



## ASSOCIAÇÕES AUXILIARES DA ESCOLA: VESTÍGIOS DE SUA INCORPORAÇÃO À CULTURA DOS GRUPOS ESCOLARES LAURO MÜLLER E ALBERTO TORRES (1946 E 1956)<sup>1</sup>

Fernanda Ramos Oliveira Prates<sup>2</sup> - UDESC

Julia Vieira Tocchetto de Oliveira<sup>3</sup> - UDESC

Gladys Mary Ghizoni Teive<sup>4</sup> - UDESC

**Resumo:** A presente pesquisa investiga três associações auxiliares de base escolanovista: a Liga Pró-Língua Nacional, a Liga da Bondade e o Pelotão de Saúde, implantadas nos grupos escolares Lauro Muller e Alberto Torres. Foi escolhido, como recorte temporal, o ano de 1946 para a análise do primeiro, e o de 1956 para a do segundo. O estudo propõe-se buscar vestígios das apropriações dessas associações na cultura das escolas pesquisadas no período de vigência da Reforma Elpídio Barbosa que instituiu a escolanova no estado de Santa Catarina. A fundamentação teórica é alicerçada nos estudos sobre a cultura escolar desenvolvidos pelo historiador espanhol Viñao Frago, e a sua base empírica é constituída pela legislação educacional e pelos relatórios apresentados à Inspeção Geral do Ensino pelos diretores dos grupos escolares analisados, dando-se especial ênfase às atas e às fotografias. Concluiu-se que cada uma das escolas analisadas, ao seu modo, buscou colocar as Associações em prática, criando mecanismos bastante singulares a partir de suas especificidades e necessidades.

**Palavras-chave:** Grupos escolares. Cultura escolar. Associações auxiliares.

### Introdução

Como foram apropriadas as chamadas “associações auxiliares”<sup>5</sup> da Escola Nova na cultura dos grupos escolares catarinenses, na vigência da Reforma Elpídio Barbosa (1946~1961)<sup>6</sup>?

---

<sup>1</sup>Esta pesquisa está articulada aos projetos “Grupos escolares: entre a pedagogia moderna e a Escola Nova” (Udesc), coordenado pela prof<sup>a</sup> dr<sup>a</sup> Gladys Mary Ghizoni Teive; “História da educação primária no Brasil: investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional (1930-1961)”, coordenado pela prof<sup>a</sup> dr<sup>a</sup>. Rosa Fátima de Souza, da Unesp/Araraquara e “*Recepción y apropiación de la pedagogia moderna y escuela nueva en Brazil e España: una investigación histórico-comparativa (final del siglo XIX y inicio del XX)*”, desenvolvido pela professora dra. Gladys Mary Ghizoni Teive, em parceria com o Centro de Investigación MANES – Proyecto MANES -, da Universidad Nacional de Educación a Distancia – UNED.

<sup>2</sup> Aluna regular do Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

<sup>3</sup> Bolsista de Iniciação Científica do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

<sup>4</sup> Orientadora - Professora do Centro de Ciências da Educação (Faed), da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

As associações auxiliares, práticas concebidas com o intuito de ressignificar a escola primária a partir dos preceitos escolanovistas, foram realmente postas em ação nos grupos escolares ou figuraram tão somente nas prescrições curriculares do estado?

Com o intuito de refletir sobre esta questão, este artigo apresenta os resultados, ainda provisórios, de uma pesquisa documental, cujo objetivo é encontrar indícios acerca de como o ideário das associações auxiliares da escola/instituições complementares plasmou a cultura dos grupos escolares catarinenses. Para tal intento, foram selecionados dois grupos: o Lauro Müller, implantado em Florianópolis, e o Grupo Escolar Alberto Torres, de Brusque, município do Vale do Itajaí, escolhendo-se, como recorte temporal, o ano de 1946 para a análise do primeiro, e 1956 para a análise do segundo, exatos dez anos após a implementação da lei que instituiu as associações escolares no estado.

Como aporte metodológico, optou-se pela análise do conteúdo da legislação educacional que disciplinou o funcionamento dessas associações (Decreto Estadual nº 3.735/46), e dos relatórios da direção dos referidos grupos à Inspeção Geral do Ensino, tal como acima afirmado, dando-se especial ênfase a fotografias (Lauro Muller) e atas (Alberto Torres), anexadas aos documentos, com as quais a intenção era comprovar as práticas das associações. Com relação, especificamente, às fontes iconográficas, convém ressaltar que foram analisadas sob o viés da representação e, portanto, pelo pressuposto da intenção de verdade, considerando e admitindo que “a produção de imagem jamais é gratuita e, desde sempre, as imagens foram fabricadas para determinados usos, individuais ou coletivos” (AUMONT, 1993, p. 78).

Do mesmo modo, as atas escolares não foram consideradas como a certeza normativa do que ocorria na época, mas como instrumento cuja finalidade era demonstrar às autoridades educacionais o espaço ocupado por elas no cerne de seus grupos escolares.

Dentre as associações apresentadas nos referidos relatórios, elegeram-se três, a saber: a Liga Pró-Língua Nacional, o Pelotão de Saúde e a Liga da Bondade, desenvolvidas em ambas as escolas, o que permite uma análise comparativa.

Como suporte teórico, optamos pelos estudos sobre cultura escolar do historiador espanhol Antônio Viñao Frago, que, por sua amplitude, é o mais adequado ao nosso intento. Para Frago, a cultura escolar é constituída:

---

<sup>5</sup> As associações auxiliares também eram conhecidas como instituições complementares. Neste trabalho, as referidas nomenclaturas serão utilizadas com o mesmo significado, tendo em vista que eram tratadas como sinônimos pela própria legislação da época.

<sup>6</sup> Optou-se pelo símbolo (≈) de aproximadamente, em virtude da incerteza que ainda persiste quanto ao término oficial de vigência da referida reforma educacional no estado de Santa Catarina (em fase de pesquisa).

... por um conjunto de teorias, ideias, princípios, normas, pautas, rituais, inércias, hábitos y prácticas (formas e hacer y pensar, mentalidades y comportamientos) sedimentadas a lo largo del tiempo em forma de tradiciones, regularidades y reglas de juego no puestas em entredicho, y compartidas por sus actores, em el seno de las instituciones educativas<sup>7</sup> (VIÑAO FRAGO, 2002, p. 73-74).

Outrossim, não foram desprezadas, neste estudo, algumas reflexões sobre o panorama legal do ensino primário catarinense nos anos pesquisados, a fim de se compreender o contexto político-educacional da época investigada.

### **A Escola Nova, ainda que tardia... - Panorama legal do ensino primário catarinense nos anos de 1946 e 1956**

A Escola Nova é introduzida oficialmente em Santa Catarina por intermédio do Decreto-Lei nº 298/46, porém, nesse período, já não representava novidade no Brasil. Seus postulados começaram a ser discutidos na década de 1920, influenciados pelas idéias dos educadores norte-americanos John Dewey e William Kilpatrick, ganhando especial ênfase a partir do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932:

Surgindo em meio a grandes inquietudes e alvoroços, anos marcados por golpes e contragolpes, marchas e contramarchas, do pós-Revolução de 1930, esse manifesto fundador aparecia ao lado de outros manifestos-programas destinados a reconstruir o Brasil de baixo para cima, de cima para baixo. Documento-capitular que, ao ser publicado em livro, ganhara o expressivo subtítulo “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, termos pelos quais os reformadores do ensino serão comumente lembrados. Com esse subtítulo, Fernando de Azevedo concedia aos signatários o título de “pioneiros da escola nova” (...). (MONARCHA, 2009, p. 69).

No ideal preconizado pela Escola Nova, a escola ativa<sup>8</sup> se sobrepõe à escola tradicional, na qual o professor era o personagem central, defendendo a atividade da criança no seu processo de aprendizagem e o papel do professor como orientador e estimulador da aprendizagem, de acordo com os interesses e individualidades de seus alunos.

Segundo Kilpatrick (1965), esta nova forma de pensar distinguia o mundo moderno de qualquer período histórico anterior, e o mundo moderno recorria à educação escolar para atender a suas demandas. Contudo, antes da Escola Nova, a chamada pedagogia moderna, sedimentada nos princípios do método de ensino intuitivo, já se contrapunha à pedagogia tradicional e a seus postulados, o que é omitido pelos escolanovistas, que se autointitulam

<sup>7</sup> ... por um conjunto de teorias, ideias, princípios, normas, pautas, rituais, inércias, hábitos e práticas (formas de fazer e pensar, mentalidades e comportamentos) sedimentadas ao longo do tempo em forma de tradições, regularidades e regras de jogo não postas em questionamento, e compartilhadas por seus autores, no seio das instituições educativas. (tradução nossa)

<sup>8</sup> Para Lourenço Filho apud Souza (2009, p. 186), “a noção de escola ativa implicava o aproveitamento da atividade própria dos educandos ou de suas inclinações e interesses”.

novos e modernos, em oposição aos antigos, desqualificando a cultura escolar produzida a partir de seus princípios, referindo-a como tradicional.

Tais resistências do escolanovismo em relação aos métodos anteriores, considerados “obsoletos”, podem ser observadas nas próprias alocações governamentais da década de 1940, como, por exemplo, no discurso de inauguração do segundo prédio do Grupo Escolar Lauro Müller, em 5 de dezembro de 1941. Nesse discurso, transcrito em Diário Oficial, o então diretor da instituição ressalta que o primeiro prédio, construído em 1911, “obedeceu o seu traçado às influências didáticas de então (leia-se da pedagogia moderna), o que dele fez o estabelecimento modelo do seu tipo”; porém, no ano de 1941, tendo em vista que o Brasil estava indo ao encontro dos “mais modernos preceitos pedagógicos, atualiza, moderniza, o estabelecimento, imprimindo-lhe feição condizente às necessidades estruturais da atualidade nacional” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 1941).

Apesar de as ideias escolanovistas estarem em discussão no País desde a década de 1920, somente em 1946 se observa a tentativa, tanto nacional quanto estadual, de adequar o currículo da escola primária e, conseqüentemente, a cultura escolar, aos seus postulados, através da Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Santa Catarina (Decreto-Lei nº 298/46), conhecida como Reforma Elpídio Barbosa<sup>9</sup>.

A fim de complementar a citada legislação, o estado promoveu: o Decreto-Lei Estadual nº 3.732/46, que preconizava o Programa para o Ensino Primário; o regulamento para o Serviço de Inspeção Escolar (Decreto-Lei nº 3733/46) e o regulamento para os estabelecimentos de ensino primário (Decreto-Lei Estadual nº 3.735/46), que tratava de aspectos organizacionais e estruturais desta modalidade de ensino, dentre eles a obrigatoriedade do funcionamento das instituições complementares da escola.

Para os intelectuais escolanovistas, a reorganização de uma nova escola, ajustada às novas concepções de modernidade, não deveria se restringir à modificação do método pedagógico – tal como acontecera com o método de ensino intuitivo, na pedagogia moderna - mas à finalidade social da escola.

Assim no movimento escolanovista, transformar a escola em uma “instituição social, real e viva”, nos termos de Dewey, implicava uma organização interna que possibilitasse às crianças compreenderem o funcionamento da sociedade; ao mesmo tempo, era preciso ampliar o raio da ação educativa para que a escola pudesse realizar a obra de reconstrução social. Um dos meios para efetivação de tão elevadas finalidades seriam as instituições escolares [...] (SOUZA, 2009, p. 227).

As instituições complementares já estavam legalmente previstas desde o ano de 1944, com a vigência do Decreto-Lei nº 2.991/44. Esta normatização as denominava “associações

<sup>9</sup> Elpídio Barbosa dirigiu o Departamento de Educação de Santa Catarina de 1940 a 1950.

auxiliares” e as subdividia da seguinte forma: liga pró-língua nacional; biblioteca; jornal escolar; clube agrícola; círculo de pais e professores; museus escolares; centros de interesse; liga da bondade; clube de leitura e pelotão de saúde<sup>10</sup>. O Ofício Circular nº 42, que acompanhava o decreto e vinha assinado pelo próprio diretor do Departamento de Educação, professor Elpídio Babosa, enfatizava os objetivos dessas associações, voltados à preparação de futuros cidadãos para a sociedade moderna:

Por intermédio das associações bem orientadas, colocaremos a Escola nos moldes compatíveis à evolução, que a vida experimenta, visto ser a fonte preparadora das gerações em caminho de um plano melhor, condizente com a nossa civilização (SANTA CATARINA, 1944, p. 1).

Analisando a referida legislação, percebe-se o cuidado do legislador em explicitar detalhadamente a atuação de cada associação, utilizando até exemplos e modelos de formulários, orientações para escolha de seus dirigentes e preenchimento das atas e relatórios para encaminhamento às autoridades educacionais, o que denota a intenção do governo de que as instituições fossem postas em funcionamento com a maior celeridade e eficiência. Para isso, fazia-se necessário um amplo controle sobre seu funcionamento e desenvolvimento.

No próprio ano de 1946, como já mencionado anteriormente, com a Reforma Elpídio Barbosa, o funcionamento das associações auxiliares, que passaram também a ser chamadas pelo Regulamento do Ensino Primário de SC de instituições complementares da escola, foi ratificado, tendo como principal função “oferecer aos alunos a oportunidade de exercitar atitudes de sociabilidades, responsabilidade e cooperação” (SANTA CATARINA, 1946d, p. 65). São mínimas as alterações entre uma legislação e outra, restringindo-se a poucas complementações inseridas no Decreto de 1946 em relação ao de 1944, mormente no tocante às três associações focadas neste trabalho (Liga Pró-Língua Nacional, Pelotão de Saúde e Liga da Bondade). Não ocorrendo muitas modificações na letra legal, pode-se confirmar que perdurava o rigor no controle de sua atuação.

O mais interessante é que, na época, a obrigatoriedade destas associações era tão marcante que no relatório do Grupo Escolar Lauro Müller do ano de 1946 foi constatada a existência de um questionário, acompanhado de ofício assinado pelo próprio diretor interino do Departamento de Educação na ocasião, professor Elpídio Barbosa, no qual são feitas arguições aos diretores sobre o funcionamento de todas as associações auxiliares previstas na legislação. Há indícios de que o referido ofício era encaminhado a todos os grupos escolares e escolas isoladas catarinenses, e nele, de maneira indireta, se ressaltava sua compulsoriedade, como nesta transcrição: “A escola que não possui, pelo menos, uma associação, não deu sinal

---

<sup>10</sup> As associações auxiliares estão aqui relacionadas exatamente na mesma ordem descrita na legislação.

de que está no caminho de sua evolução e não despertou para essa vibração que todos precisamos experimentar” (Relatório do Grupo Escolar Lauro Müller de 1946, p. 25).

### **Associações auxiliares dos Grupos Escolares Lauro Müller e Alberto Torres: tentativa escolanovista de trazer o meio social para dentro dos muros da escola**

Fundado em 24 de maio de 1912, pelo então governador Vidal Ramos, o Grupo Escolar Lauro Müller foi o segundo inaugurado em Santa Catarina e o primeiro na capital, Florianópolis. Por essa razão e por longo período, exerceu a função de escola-modelo para as normalistas e os professores do interior do estado. A escola continua em funcionamento até a presente data, oferecendo o ensino fundamental e o médio, e neste ano, 2012, comemora cem anos.

O Grupo Escolar Alberto Torres é de 1942, haja vista que foi somente nesse ano que a antiga Escola Evangélica Alemã, fundada em 1872, foi estadualizada e transformada em grupo escolar. Tal como o grupo Lauro Muller, esta escola continua em atividade até o momento, mas sob a denominação *Colégio Cônsul Carlos Renaux*.

Analisando os relatórios dos diretores de ambos os grupos escolares, constata-se que, num primeiro momento, a ordem dos assuntos segue o disposto nos preceitos legais vigentes, denotando o cuidado dos diretores em obedecer às prescrições legais.

O relatório do Grupo Escolar Lauro Müller de 1946 inclui diferentes fotografias, com a clara intenção de comprovar as atividades realizadas pelas instituições complementares, corroborando a tese de Rosa Fátima de Souza (2009, p. 196) de que as fontes iconográficas eram amplamente utilizadas como “testemunho irrefutável das experiências de renovação do ensino”. Verifica-se, ainda, que cada uma das associações apresentava um relatório individual.

No relatório do Grupo Escolar Alberto Torres, ao invés das fotografias, são incluídas as atas das reuniões das associações para efeito de comprovação do relatado. Um exemplo é a que registra a primeira reunião pedagógica do ano de 1956, que tinha por único assunto as referidas associações:

Às 7.30 horas, do dia supra citado, sob a presidência do Sr. Leopoldo Gerner, esteve reunida a docência do Grupo Escolar “Alberto Torres”, de Brusque, para ventilar os seguintes assuntos: 1º Associação escolares – Depois de falar sobre as vantagens das associações escolares, o Sr. diretor distribui-as entre às professoras, pondo à disposição de cada, o livro de instruções, existente na secretaria do Grupo. À distribuição obedeceu a seguinte ordem: (...). Recomendou o Sr. Diretor que cada professora trabalhasse com amor e carinho na sua nobre missão. Nada mais havendo a tratar, eu Maria Lucia Mayworme, lavrei a presente ata, que vai assinada

pelos demais professores. (...) (Relatório do Grupo Escolar Alberto Torres de 1956 – não há indicação de página).

Nesse grupo escolar, o funcionamento das associações era registrado por intermédio de atas apensadas ao respectivo relatório, encaminhado à direção para que fizesse parte dos relatórios anuais da escola, exatamente como preconizado no regulamento de ensino então vigente.

Nestas atas, constava o nome dos alunos que compunham cada uma delas, e eram escritas à mão, com exceção das atas da Liga Pró-Língua Nacional, datilografadas, o que pode ser um indício da importância que a associação gozava junto às autoridades, pois era obrigatório remeter cópias das atas ao Inspetor Geral do Ensino, o que demandaria um maior capricho na elaboração destes documentos.

Como neste trabalho optamos por três instituições complementares da escola (Liga Pró-Língua Nacional, Pelotão de Saúde e Liga da Bondade), passaremos à análise e discussão de suas práticas, movimentando o conceito de cultura escolar a que nos referimos na introdução.

## **Vestígios da apropriação das Associações Auxiliares nos Grupos Escolares Lauro Muller e Alberto Torres**

### **A) Liga Pró-Língua Nacional**

“Qual a função primordial da escola? Formar brasileiros de corpo e alma. Pois bem, a Liga Pró-Língua Nacional vem ao encontro desses propósitos e se propõe na solidificação do ideal imposto a todas as escolas sem distinção” (SANTA CATARINA, 1946d, p. 66).

Pela leitura da normativa, pode-se inferir o quanto a existência da Liga Pró-Língua Nacional era imprescindível à escola, sendo a primeira associação contemplada na legislação. Tal motivo decorria, provavelmente, da necessidade de exaltação de símbolos nacionais, tendo em vista a preocupação com o enraizamento da língua, dos costumes e tradições advindos dos imigrantes estrangeiros, que traziam a Santa Catarina a cultura de seus países de origem.

Em terras brasileiras e certamente em toda Região Sul do país, a construção da nacionalidade pela educação tinha um componente a mais que sempre inquietou as autoridades governamentais desde os tempos de Orestes Guimarães: as escolas para os descendentes de estrangeiros organizadas pelos imigrantes, notadamente italianos e alemães, em seus núcleos populacionais. (...) A construção da nação incluía, na Região Sul, a tarefa de nacionalização das populações estrangeiras (BEIRITH, 2008, p. 36-37)

No Grupo Escolar Alberto Torres, em Brusque – região colonizada por alemães –, dava-se grande destaque à Liga Pró-Língua Nacional, enfatizando as festas realizadas e organizadas por esta associação, exaltando grandes personalidades republicanas como: Euclides da Cunha, Duque de Caxias, Carlos Gomes, Marechal Deodoro e Barão do Rio Branco. O relatório trazia as programações das festas com recitais e músicas de enaltecimento da pátria, como saudação à bandeira e hino nacional. Também constava a descrição de como teria sido a realização da festa. É ressaltada a importância de cultuar os “heróis da nossa história” e de inculcar nos colegas o amor à pátria.

Já no Lauro Müller, situado na capital, colonizada por lusos, o registro restringe-se a uma fotografia, na qual um dos alunos segura, na frente dos demais, enfileirados, uma pequena bandeirola, representando um ato de enaltecimento à pátria. Tendo em vista que a fotografia constante no relatório, em preto e branco, não é totalmente nítida, não se conseguem identificar a cor e o desenho da bandeira. Porém, levando-se em consideração que a legislação da época previa a confecção, para cada uma das associações escolares, de uma “flâmula com as seguintes características: 0,60 de comprimento por 0,30 de largura em campo amarelo e o mapa do Brasil em cor verde e face duplas” (SANTA CATARINA, 1946d, p. 68), presume-se que se trate de parte do indumentário da liga.

Salta aos olhos que esta associação foi incorporada com mais força na cultura escolar do Grupo Escolar Alberto Torres, por dois indícios básicos: a riqueza de detalhes das práticas destas associações nas atas, o que destoava das demais associações implantadas na escola, e o fato de a escola estar localizada em uma região de Santa Catarina que recebia grande número de imigrantes alemães. Apesar de não mais em tanta evidência, em 1956, no estado e no País, são claras as políticas de nacionalização, herança do período do Estado Novo, perceptíveis na necessidade de comprovação deste nacionalismo, o que denota uma regularidade dos hábitos e práticas nesta escola e neste período em relação aos períodos anteriores.

No Lauro Müller, em 1946, ainda que no primeiro ano da vigência da Reforma Elpídio Barbosa e num período recém-saído da Segunda Guerra Mundial, as demonstrações das práticas da Liga Pró-Língua Nacional eram tímidas, o que pode indicar que a (des)nacionalização não era um perigo iminente na capital do estado.

## **B) O Pelotão de Saúde**



Segundo o regulamento já mencionado, o objetivo do Pelotão de Saúde era “inculcar hábitos e orientar a criança na aquisição de conhecimentos práticos, fornecendo-lhe um cabedal de costumes favorável à sua saúde.”

As atas do Pelotão de Saúde no Grupo Escolar Alberto Torres, nas descrições das atividades realizadas, privilegiavam relatos da eleição da diretoria, as instruções dadas aos monitores e zeladores sobre suas funções e a arrecadação de remédios para a farmácia escolar. Era papel dos monitores - que recebiam uma caderneta especialmente para anotações - fazer a revista semanal em seus colegas, observando o asseio nas unhas e cabelos, bem como “cuidar” para que seus colegas mantivessem o ambiente devidamente limpo e higienizado. Aos zeladores era delegada a função de manter o asseio no ambiente escolar e nas salas de aula, verificando se as mesas estavam ornadas com toalha e flores e “livros em seu devido lugar”. Em uma das atas analisadas, datada de 12 de dezembro de 1956, enaltece-se a higiene como meio de formar “homens fortes e sadios, para o nosso querido Brasil, pois higiene é um caminho certo e seguro para todos nós” (Relatório do Grupo Escolar Alberto Torres de 1956 – não há indicação de página).

As funções dos monitores, descritas no relatório desse grupo, estavam realmente previstas na legislação, inclusive as tão comentadas anotações diárias em cadernetas. A figura dos “zeladores” não constituía dispositivo legal. Contudo, analisando com atenção o regulamento, encontra-se nele a seguinte orientação: “Os 1<sup>os</sup> anos, por não haver alunos que possam assumir o encargo de monitores, ficarão sob a proteção de um dos sócios, escolhidos pela diretoria” (SANTA CATARINA, 1946d, p. 107). Na documentação analisada, há vestígios de que houve uma ressignificação dos cargos previstos para a liga do Pelotão de Saúde, podendo-se até pensar que os “zeladores” poderiam ser os protegidos dos monitores, cargos em geral assumidos por alunos mais velhos. Este fato pode indicar o quão honroso era assumir uma função nesse pelotão e o quanto esta função diferenciava seus membros de seus colegas.

É interessante mencionar, após as análises da documentação do Grupo Escolar Alberto Torres, que a revista higiênica semanal já era utilizada pelos grupos escolares catarinenses na vigência da Reforma Orestes Guimarães (1911-1918), que instituiu os grupos escolares no estado. O que se nota, aqui, é a conservação de algumas práticas, o que indica haverem sido mantidas algumas práticas dos postulados da pedagogia moderna e os da Escola Nova nos grupos de Santa Catarina.

No Grupo Escolar Lauro Muller, também só foi encontrada uma fotografia do Pelotão de Saúde, reunido em frente a uma sala de aula. Seus membros estavam devidamente uniformizados e carregavam uma flâmula. A imagem parece transmitir o desejo de mostrar às

autoridades que o Pelotão de Saúde era ativo e cumpria com sua “missão” de inculcar valores relativos à higiene e saúde às crianças.

O Regulamento para o Ensino Primário preconizava que os monitores do Pelotão de Saúde deveriam usar “uma indumentária especial por ser infantil, nem por isso [sic] estará distante da realidade dos fatos, encarando-os de frente e com a firmeza dos que desejam vencer” (SANTA CATARINA, 1946d, p. 105). Esta indumentária era constituída de um barrete de toucado branco, com os distintivos do pelotão. Sua utilização era reservada aos monitores no desempenho do cargo de socorristas. Ademais, a legislação previa uma flâmula do pelotão, com o desenho da cruz e do dístico, com os seguintes dizeres: “SAÚDE, FORÇA E ALEGRIA”.

Observando a citada fotografia, apesar da pouca qualidade da imagem, percebe-se a presença da indumentária e da flâmula, o que deveria comprovar à inspetoria que o Pelotão de Saúde seguia, no Lauro Muller, as prescrições legais. Contudo, não se pode esquecer de que nem “tudo o que a fotografia registrou é verdadeiro” (KOSSOY, 1998, p. 103). A “objetividade positivista creditada à fotografia tornou-se uma instituição alicerçada na aparência, no iconográfico enquanto expressão de verdade; um equívoco fundamental que ainda hoje persiste” (KOSSOY, 1998, p. 102).

### **c) A Liga da Bondade**

O Regulamento do Ensino Primário iniciava suas reflexões sobre a Liga da Bondade afirmando que, dentre as associações criadas pelos grupos escolares, “a fim de mais amplamente difundir os ditames da Escola Nova, é sem dúvida, a Liga da Bondade a que mais dificuldade apresenta, devido ao seu fundo puramente psicológico” (SANTA CATARINA, 1946d, p. 97).

No Grupo Escolar Alberto Torres, as atas da Liga da Bondade priorizavam temas como a eleição da diretoria, composta por presidente, secretário e monitores e a presença de professores responsáveis e do diretor do grupo escolar nas reuniões. O relatório do ano de 1956 faz menção à campanha denominada “Pró-Natal dos Lázaros e dos Filhos dos Lázaros<sup>11</sup>”. Tal campanha recebeu ênfase no relatório contando, inclusive, com arrecadações de cada classe, estimulando entre elas a competição pela maior arrecadação. A associação não estabelecia um número mínimo de alunos, mas buscava a participação de todos os do grupo

---

<sup>11</sup> Entidade que atendia a pessoas que sofriam de hanseníase, conhecida antigamente como lepra.

escolar, de modo a inculcar-lhes os preceitos de “bondade”. É importante mencionar que nas atas desta liga se mencionavam, com freqüência, as “elevadíssimas finalidades” e a “boa vontade” que seus integrantes procuraram, durante o ano de 1956, estimular em seus colegas. No Lauro Muller, as atividades são descritas, como nas demais ligas deste grupo, por meio de uma fotografia que mostra uma reunião de seus membros em uma das salas da escola. Talvez este fato apenas confirme, por se tratar de uma associação auxiliar que tinha em si meios e fins subjetivos, a dificuldade em mostrar pelas imagens se os seus integrantes eram “bons” e ou se suas ações de fato inspiravam os colegas a seguir os “preceitos de bondade”.

Apesar de a Liga da Bondade se apresentar como associação que tinha por objetivo “difundir os ditames da Escola Nova”, na própria legislação já aparecem algumas discrepâncias. A Escola Nova propagava o respeito aos interesses individuais e, sobretudo, a autonomia e liberdade das crianças. No regulamento para os estabelecimentos de ensino primário, porém, exige-se dos alunos rígida disciplina e obediência irrestrita às normas prescritas, prevendo punições aos sócios que as desrespeitassem. Pode-se inferir que, sob pretexto de dar autonomia aos alunos, as associações não deixaram de se impor fortemente à sua conduta, tal como haviam feito a escola tradicional e a moderna, tão criticadas pela Escola Nova.

Estas regras de jogo, cujos preceitos eram ocultados, demonstram, de certo modo, a continuidade da pedagogia tradicional e moderna, com fundas raízes na cultura escolar dos grupos escolares catarinenses, apesar de todo o discurso em contrário.

### **Reflexões finais...**

Estas primeiras reflexões levam-nos a concluir que havia um forte interesse dos diretores dos grupos escolares estudados de que os órgãos governamentais reconhecessem, de imediato, as práticas da Escola Nova, materializadas pelas instituições complementares em sua cultura escolar. A imagem que se queria passar era de inovação dessa cultura e de fina sintonia com as prescrições legais.

Contudo, não se pode descartar a probabilidade de que a produção das fotografias e atas constantes nos relatórios de direção não tenham sido aleatórias e, conseqüentemente, não contemplem o viés espontâneo dos alunos em suas atividades, até porque teriam sido previamente escolhidas para fazer parte de um documento oficial da escola.

Tais elucubrações podem ser corroboradas com a leitura da monografia “A educação em Santa Catarina”, de 1954, de autoria do professor João Roberto Moreira, pesquisador que atuava como membro da direção Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais –

Inep -, em especial por suas críticas às orientações dadas ao ensino público catarinense a partir do ano de 1940, muito especificamente ao Decreto de 1944, que instituiu as associações escolares no estado de Santa Catarina. Em sua opinião, isto não passava de "uma determinação centralista e autoritária, visando à chamada "escola nova" que, sem ser compreendida no seu verdadeiro sentido, devia ser posta em prática, imediatamente, pelos professores, revogadas as disposições em contrário". No que se refere às associações escolares, fruto desse estudo, ele denunciava que haviam sido decretadas "com modelo pré-fixado de estatutos, atas, fichas, programas de atividade", fazendo-se apenas "a substituição da fórmula tradicional que definia a escola, por uma nova fórmula, tão essencialmente formal quanto a primeira". Por essa razão, para ele, as associações escolares "entraram, daí por diante, em plena fase de rotina, estiolando-se, desvitalizando-se". Decretando-as, fez-se delas "algo imposto à escola e não criado pela escola". E concluía, em tom peremptório: "Houve, pois, na tentativa de renovação da escola em Santa Catarina, uma confusão entre o espírito da escola ativa e a tendência centralista e autoritária de administração dos serviços de educação" (MOREIRA, 1954, p. 59-60 e 65).

Diante do exposto, antes de tecer qualquer julgamento sobre se as associações escolares realmente foram atuantes e funcionavam de forma natural nos grupos escolares pesquisados, deve-se lembrar que, desde o ano de 1944, havia todo um aparato legislativo-educacional que exigia o funcionamento iminente da Escola Nova e de suas associações nos estabelecimentos de ensino do estado de Santa Catarina, bem como da existência de uma fiscalização constante por parte das autoridades, na figura de seus inspetores.

Torna-se importante insistir e enfatizar. Apesar de evidenciarem, *a priori*, a visão oficial Estado (representado por seus agentes, diretores dos grupos escolares em cargos de confiança do governador), os relatórios são dispositivos valiosos por oferecerem boas pistas para a análise da cultura escolar, aqui entendida na perspectiva teórica de Viñao Frago.

O fato é que, impostas ou não, pode-se concluir que as associações escolares, muito particularmente as três estudadas, foram postas, buscando criar mecanismos bastante singulares, a partir das especificidades e necessidades de suas respectivas escolas. Contudo, a rigidez com que foram organizadas, certamente destoava dos ideais escolanovistas, muito especialmente no que se refere ao princípio da "escola ativa" (na qual a criança é ativa), em contraposição ao de "ensino ativo" (em que o professor é ativo), ênfase da pedagogia moderna, que alicerçou a Reforma Orestes Guimarães, que antecedeu a Reforma Elpídio Barbosa, de base escolanovista.



## REFERÊNCIAS

- AUMONT, J. A parte do espectador. In: \_\_\_\_\_. **A imagem**. Campinas: Papirus, 1993, p. 77-96.
- BEIRITH, Ângela. **O ensino da leitura em escolas isoladas de Florianópolis: entre o prescrito e o ensinado (1946-1956)**. 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado de Santa Catarina – Florianópolis.
- KILPATRICK, William Heard. **Educação para uma civilização em mudança**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965. 92 p.
- KOSSOY, B. Iconologia: caminhos da interpretação. In: \_\_\_\_\_. **Fotografia e história**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, p. 97-121.
- MONARCHA, Carlos. **Brasil arcaico, escola nova**. Ciencia, tecnica e utopia nos anos 1920-1930. São Paulo: UNESP, 2009.
- MOREIRA, João Roberto. **A educação em Santa Catarina**. Sinopse apreciativa sobre a administração, as origens e a difusão de um sistema estadual de educação. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. INEP. Campanha de Inquéritos e levantamento do ensino médio e elementar (CILEME), 1954. 103 p.
- Relatório do Grupo Escolar Lauro Müller e do Curso Complementar Anexo. Florianópolis, 1946. Disponível no museu da escola catarinense.
- Relatório do Grupo Escolar Alberto Torres. Brusque, 1956. Disponível no Arquivo Público do estado de Santa Catarina.
- SANTA CATARINA. Decreto-Lei Estadual nº 2.991, de 28 de abril de 1944. Associações auxiliares da escola.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei Estadual nº 298, de 18 de novembro de 1946a. Expede a Lei Orgânica do Ensino Primário.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei Estadual nº 3.732 de 12 de dezembro de 1946b. Programas para os Estabelecimentos de Ensino Primário no estado de Santa Catarina.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei Estadual nº 3.733, de 12 de dezembro de 1946c. Expede Regulamento para o Serviço de Inspeção Escolar.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei Estadual nº 3.735, de 17 de dezembro de 1946d. Estabelece o Regulamento para os Estabelecimentos de Ensino Primário.
- SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)**. Campinas: Mercado de Letras, 2009. 407 p.
- VIÑAO FRAGO, Antônio. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y câmbios**. Madri: Editora Morata, 2002.

### Jornais

Diário Oficial, 1941 (Santa Catarina)